



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão extraordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, do **Primeiro Secretário**, José Manuel Gonçalves Domingues, e do **Segundo Secretário**, Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira.

Em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 44º do RJAL, aprovado pela Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Presidente da Mesa procedeu à verificação da identidade e legitimidade dos eleitos José Manuel Martins Ribeiro, Luís Alberto Castro Lopes de Vasconcelos Pereira e Pedro Bastos Freitas, os quais faltaram à instalação deste órgão no dia 25/10/2025, tendo os mesmos tomado posse, conforme documento anexo à presente ata. Ficando a falta Vasco Nuno Moreira Lopes e Maria Mercedes Mendes Y Pardo, estando impossibilitados de estar presente.

Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV** para colocar um ponto de ordem à mesa, dizendo que tem dúvida em relação ao ponto 9º do regimento e entende que não está a ser cumprido em relação a esta tomada de posse, pelo que chamava só a atenção que era bom que se cumprisse o regimento, nomeadamente o ponto 9º.

Pelo **Presidente da Mesa**, foi dito que entendia que estavam a cumprir o artigo 9º, não achamos que não estejamos a cumpri-lo porque a falta do eleito local, deve ser essa que se está a referir, ao ato de instalação do órgão, não justificada, o deputado Vasco Lopes, ainda não justificou, mas tem 30 dias para justificar, a deputada Mercedes entregou um documento a justificar.

Prosseguiu, lendo o artigo 9º: “O disposto número anterior aplica-se igualmente nos seus exatos termos à falta do substituto. A apreciação e decisão sobre a justificação referida nos números anteriores cabem ao próprio órgão e devem ter lugar na primeira reunião que seguir à apresentação da mesma”. Pelo que os pedidos, serão apreciados na próxima sessão.

De seguida, o **Presidente da Mesa** informou que a sessão da Assembleia estava a ser transmitida em direto e que todas as transmissões passariam a estar disponíveis no site do Município para, quem pretendesse, consultar.

Informou que o CDS, nomeadamente o deputado Rui Flórido Basto Costa, desagregou a coligação sobre a qual foi eleito e passa a ser um deputado constituindo um grupo autónomo do CDS-PP. Aproveitou a oportunidade para solicitar a todos os membros da Assembleia, de informar a Mesa, no prazo de 10 dias, quem são os líderes de cada um dos seus grupos e se se



constituem como grupo, sendo que os deputados únicos, são grupo único. Solicitou, também, a indicação do líder de cada grupo.

De seguida, procedeu à leitura dos pedidos de suspensão: Vanessa Cláudia Nogueira da Rosa Pereira Barata, eleito pelo CHEGA e das substituições do Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, pelo vogal, Presidente da Junta de Ribeiros, de Arões S. Romão e de Paços, pelos respetivos tesoureiros. Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas por se encontrarem presentes na sala.

Verificada a existência de quórum, com a presença de cinquenta membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.

Entrou-se, de imediato, no **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

Ponto um - Ratificação despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em 28.06.2025, tendo em vista o ajustamento da repartição de encargos plurianuais – empreitada de requalificação e ampliação do centro de saúde;

O **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção felicitando a todos pela sua eleição ou reeleição e desejou àqueles que se estreiam nesta atividade um bom mandato.

De seguida, fez uma breve explicação deste ponto, uma vez que a informação prestada era bastante detalhada. Por decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, foi anulada a adjudicação que a Câmara tinha feito e, em consequência dessa decisão do Tribunal, há aqui um atraso no início da obra de cerca de seis meses que obrigou a uma repartição de encargos, sem alteração do montante. Veio o Tribunal, solicitar que houvesse uma ratificação formal, por parte da Assembleia Municipal, a uma vez que a decisão da Assembleia Municipal relativamente às verbas era referente ao ano passado e, portanto, é nessa circunstância que aqui trazia esta proposta. De resto, é o único e último pedido que o Tribunal de Contas nos solicita para que haja toda a conformidade com a execução desta obra.

Usou da palavra **Diogo Silva, eleito pela IL**, para dizer que estamos a discutir a ratificação de um despacho que ajusta a repartição de encargos plurianuais da empreitada, requalificação e ampliação do centro de saúde de Fafe. Trata-se de uma obra estratégia mas com tudo exige de nós rigor e transparência. Por isso, lanço aqui algumas questões, são breves perguntas, nada de muito novo. Este ajustamento transfere uma parte significativa da despesa para o ano de 2026, que seria no ano de 2025. Há um valor superior a 2,7 milhões de euros. A pergunta que coloco é se, de alguma maneira, essa distribuição desses valores afeta o orçamento do próximo ano e, portanto, se o município tem capacidade de tesouraria, que acredito que tenha, mas se a tem de cumprir de forma clara este plano. Depois, uma questão, e acredito que seja que não, mas de qualquer forma convém clarificar se a anulação da primeira adjudicação teve ou não algum



custo para o município, de alguma maneira, seja ele qual for. Depois, a obra foi prorrogada por mais seis meses, no investimento que toca diretamente à qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente na área da saúde, que é uma área tão importante, pergunto se há alguma medida que será tomada por este atraso que, acredito, implicará na saúde dos fafenses e, portanto, existe alguma ação que a Câmara tomará neste sentido. Por fim, eu quero deixar aqui claro o papel da Assembleia Municipal que não pode ser chamada apenas para ratificar decisões já tomadas, deve ser parte ativa da fiscalização e do acompanhamento destes processos. A pergunta que lanço é, se existe alguma garantia, que a Câmara, nomeadamente o Presidente da Câmara, nos dá, que este tipo de situações nunca mais acontecerão, não só mancha uma boa imagem deste município, como também, obviamente, do seu executivo.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que não se lembra, nos últimos anos de alguma vez ter acontecido esta situação, é absolutamente excecional.

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que felicitou o deputado Diogo Silva pela sua estreia, esclareceu que não há qualquer aumento do valor da adjudicação. De resto, há um júri e o concurso foi feito e adjudicado pelo preço mais baixo. O júri do concurso entendeu que a falta de um determinado elemento não era suscetível de não adjudicar aquele concorrente que apresentou o preço mais baixo. Foi entendimento diferente do tribunal, temos que respeitar a sua decisão, o único acréscimo é que o segundo que não venceu porque não apresentou o preço mais baixo, creio que a diferença será da volta de 100 mil euros. E, portanto, a Câmara tem o encargo de 100 mil euros a mais por via desta decisão do Tribunal, naturalmente que a verba estava cativa e, portanto, não se gasta em 2025, transita para 2026. Não há qualquer problema de tesouraria relativamente a esta matéria, a obra foi, é uma obra que concorremos ao PRR e o prazo de execução do PRR é junho e agora é agosto de 2026. Nós adjudicamos a obra em janeiro de 2025, muito a tempo de cumprir o prazo que estava estipulado e terminar a obra no prazo que era junho de 2026, ou seja dezoito meses. Este atraso da decisão do Tribunal, à qual somos alheios, naturalmente que agora nos colocou um problema, quer nós, quer o empreiteiro, estamos a fazer todos os esforços para que a obra não decorra em 18 meses, mas em 12. Portanto, mesmo do ponto de vista da entrada em funcionamento, à data de hoje, estamos a endividar todos os esforços para que cumpramos este prazo. Portanto, o empreiteiro, que agora está em obra, reforçou as equipas, reforçou os horários de trabalho e começou a trabalhar aos sábados para tentarmos recuperar um tempo que nem ele, nem nós, é por uma decisão que demorou mais tempo a ser decidida pelo Tribunal. Esperamos a todos que corra bem, mas não há nenhum acréscimo de encargos.

Não havendo mais intervenção, foi colocada a votação a **Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções, aprovar a proposta de ratificação.**



Ponto dois – Criação de Comissão de Análise do Regimento da Assembleia Municipal 2025/2029;

A **Mesa** propõe dois pontos:

O primeiro ponto é que a comissão a constituir se componha com um representante cada força política representada na Assembleia.

O segundo ponto, que até a aprovação do novo documento se mantenha em vigor o regime do regimento do mandato anterior.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a criação de uma comissão de análise, composta por um representante de cada força política com representação nesta Assembleia.

Deliberou, ainda, manter em vigor o Regimento aprovado no anterior mandato até à aprovação do novo documento.

O **Presidente da Mesa** solicitou que fosse informada, no prazo de uma semana, o nome dos representantes de cada uma das forças políticas, nesta comissão.

Ponto três - Eleição de seis representantes e respetivos suplentes para a Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 83.º Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação);

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que Fafe passou a ter seis representantes na Assembleia Intermunicipal. A Mesa recebe propostas das várias forças políticas para esta eleição. Chama a atenção que só podem votar os membros eleitos e que a distribuição é feita pelo método D'Hondt.

Foi apresentada apenas uma lista pelo PS com os seguintes nomes:

Efetivos: Carlos José Santos Cunha; Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira; Joaquim Matos Alves; Lídia Maria de Almeida Tavares Fernandes; Ricardo Jorge Alves Fernandes e Hélder Filipe Couto Mendonça

Suplentes: Dulce Maria Barbosa Fernandes Vieira; João Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira e Inês Filipa Mendes Lobo.



Efetuada a votação, por escrutínio secreto, a *Assembleia Municipal* aprovou, por maioria, com 15 votos a favor, 8 votos em branco e 1 voto nulo, a seguinte lista:

- *Representantes efetivos: Carlos José Santos Cunha; Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira; Joaquim Matos Alves; Ricardo Jorge Alves Fernandes, Hélder Filipe Couto Mendonça e Lúdia Maria de Almeida Tavares Fernandes.*

- *Representantes suplentes: Dulce Maria Barbosa Fernandes Vieira; João Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira e Inês Filipa Mendes Lobo.*

Ponto quatro - Eleição de quatro representantes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 01 de setembro;

Foi apresentada apenas uma lista pelo PS com os seguintes nomes Palmira Teresa da Moreira Dias, Manuel Gonçalves Nobre, Maria de Fátima Pereira de Oliveira Caldeira e Anabela Cunha Martins.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, a *Assembleia Municipal* aprovou, por maioria, com 40 votos a favor, 8 votos em branco e 1 voto nulo, a seguinte lista: *Palmira Teresa Moreira Dias; Manuel Gonçalves Nobre; Maria de Fátima Pereira de Oliveira Caldeira e Anabela Cunha Martins.*

Ponto cinco - Eleição de um representante das juntas de freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i) do artigo 41.º da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 03 de julho;

Foi apresentada apenas uma lista pelo PS com o seguinte nome: Júlio Tiago Castro Alves, Presidente da Junta da Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, a *Assembleia Municipal* aprovou, por maioria, com 38 votos a favor, 10 votos em branco e 1 voto nulo, a seguinte lista: *Júlio Tiago Castro Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova.*

Ponto seis - Eleição do um Presidente de Junta e respetivo substituto para participação no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;



Foi apresentada apenas uma lista pelo PS com os seguintes nomes: José Castro Novais, Presidente da Junta de Freguesia de Ribeiro (efetivo) e Francisco António Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Regadas (substituto).

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 38 votos a favor, 10 votos em branco e 1 voto nulo, a seguinte lista: Presidente da Junta de Freguesia de Ribeiros, José Castro Novais e suplente Presidente da junta de Freguesia de Regadas, Francisco António Alves.

Ponto sete - Eleição do representante do Município no Conselho da Comunidade do ACES do Alto Ave, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 04 de agosto (na sua atual redação), o qual aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

Foi apresentada apenas uma lista pelo PS com o seguinte nome: Dulce Maria Barbosa Fernandes Vieira.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 38 votos a favor, 10 votos em branco e 1 voto nulo, a seguinte lista: Dulce Maria Barbosa Fernandes Vieira.

Ponto oito - Eleição de um Presidente de Junta, em representação das freguesias, para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (na sua atual redação);

Foi apresentada apenas uma lista pelo PS com o seguinte nome: Maria de Lurdes Leite da Costa Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de Ardegão, Arnozela e Seidões.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 38 votos a favor, 10 votos em branco e 1 voto nulo, a seguinte lista: Presidente da Junta de Freguesia de Ardegão, Arnozela e Seidões.

Ponto nove - Indicação de um membro de cada partido representado na Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, nos termos da alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro (na sua atual redação).

Foi pelo Presidente da Mesa solicitado para que, ate final do corrente mês, fosse indicado um membro de cada partido representado na Assembleia Municipal. Apenas o PS indicou João Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira.



Pelo **Presidente da Mesa** foi colocava à consideração da Assembleia Municipal, a inclusão na ordem de trabalho a justificação da falta à tomada de posse realizada no dia 25/10/2025 dos seguintes deputados: José Manuel Martins Ribeiro, Nuno Vasco Moreira Lopes, Luís Alberto Castro Lopes de Vasconcelos Pereira, Maria Mercedes Mendez Y Pardo e Pedro Nuno Bastos Lopes.

Colocada à votação, ***foi aprovado, por unanimidade, a inclusão do ponto na ordem de trabalhos.***

De seguida, foi colocada à consideração da Assembleia a **justificação da falta dos seguintes eleitos locais ao ato de instalação do órgão:**

- José Manuel Martins Ribeiro;
- Nuno Vasco Moreira Lopes;
- Maria Mercedes Mendez y Pardo;
- Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira e
- Pedro Nuno Bastos Freitas.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção do PCP/PEV, justificar as faltas.

Terminada a Ordem de Trabalhos, pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram onze hora e minutos do dia vinte e um de novembro de dois e vinte e cinco.

E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e cinco – em cumprimento do disposto no número três do artigo quarenta e quatro do regime jurídico dos órgãos autárquicos, aprovado pela Lei número cento e sessenta e nova barra mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro, na sua atual redação – procedi à verificação da identidade e legitimidade dos eleitos infra identificados, os quais faltaram justificadamente à instalação deste órgão ocorrida no dia vinte e cinco dias do mês outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas.

(José Manuel Martins Ribeiro)

(Nuno Vasco Moreira Lopes)

(Luís Alberto Castro Lopes de Vasconcelos Pereira)

(Pedro Nuno Bastos Freitas)

Junte-se o presente termo à ata desta sessão da Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal

(Raúl Cunha, Dr.)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em sessão ordinária de vinte e nove de dezembro de dois e vinte e cinco – em cumprimento do disposto no número três do artigo quarenta e quatro do regime jurídico dos órgãos autárquicas, aprovado pela Lei número cento e sessenta nove barra mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro na sua atual redação – procedi a verificação da entidade e legitimidade do eleito Nuno Vasco Moreira Lopes que faltou justificadamente à instalação deste órgão ocorrido no dia vinte e cinco de outubro de dois mil de dois e vinte e cinco, pelas quinze horas:

Nuno Vasco Moreira Lopes

Junta-se o presente termo à ata desta sessão da Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal

Raul Cunha, Dr.